

Resolução nº 0152/2015-CR

Dispõe sobre o **Auto de Infração nº 30972**, em nome da empresa **Itatur Transportes de Passageiros e Turismo Ltda.**, conforme processo nº **201300029011637**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto 7.755, de 29 de outubro de 2012, que estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

Considerando o disposto na Resolução nº 005/2008-CG, do Conselho de Gestão da AGR, datada de 8 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre a prestação dos serviços especiais do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, o cadastramento de seus operadores e as formas de licenciamento;

Considerando que a empresa Itatur Transportes de Passageiros e Turismo Ltda., apresentou defesa em tempo hábil, demonstrando seu inconformismo contra o **Auto de Infração nº 30972**;

Considerando o que consta do processo e, principalmente, voto do Relator de fls. 31 e 32, que passa a fazer parte integrante deste ato;

Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador, em reunião realizada no dia **14/01/2015**,

RESOLVE:

Art. 1º - Conhecer dar provimento a defesa apresentada pela empresa **Itatur Transportes de Passageiros e Turismo Ltda.**, por ter amparo legal, **ANULANDO** os efeitos legais do **Auto de Infração nº 30972**, haja vista o poder /dever, da administração Pública de rever e anular os seus atos quando eivados de vício e, de consequência, o arquivamento do processo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 20 dias do mês de janeiro de 2015.

Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro Presidente

S